



Migração das Discussões Tributárias do Poder Judiciário para a Esfera Administrativa

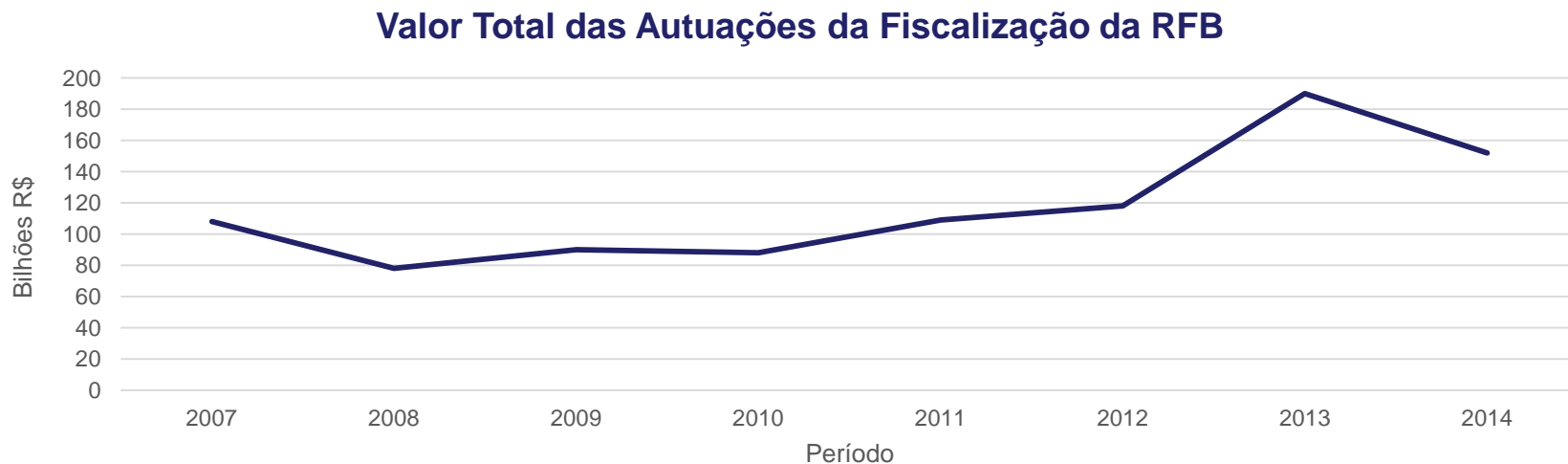
Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil
19.3.2015

Mattos
Muriel
Kestener
Advogados

- Composição atual do STF: Ricardo Lewandowski, Carmen Lúcia, Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso. Há uma vaga não preenchida desde 31.7.2014 (aposentadoria do Min. Joaquim Barbosa);
- Próximas aposentadorias compulsórias (70 anos) no mandato de Dilma Rousseff: Celso de Mello (2015), Marco Aurélio (2016), Ricardo Lewandowski (2018), Teori Zavascki (2018) e Rosa Weber (2018);
- PEC 457/2005 (“PEC da Bengala”), que estabelece aposentadoria compulsória aos 70 anos aos servidores públicos, bem como aos 75 anos para os Ministros dos Tribunais Superiores e aos servidores públicos, em hipóteses e condições a serem estabelecidas em Lei Complementar. Aguarda aprovação em segundo turno na Câmara dos Deputados para seguir à promulgação

- Pauta travada no STF para julgamento das questões atinentes à Operação Lava-Jato (2ª Turma e Plenário, este em relação aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal);
- Vigência do novo CPC a partir de 2016 – maior restrição à prática recursal;
- Importantes temas pendentes de julgamento:
 - Exclusão do ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e à COFINS (RE 574.706/PR);
 - Tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior envolvendo país signatário de Tratado para evitar *double taxation*;
 - PIS/COFINS – definição do conceito de receita financeira de instituições financeiras (RE609.096/SP);
 - Desdobramento da guerra fiscal travada entre os estados da Federação (ICMS)

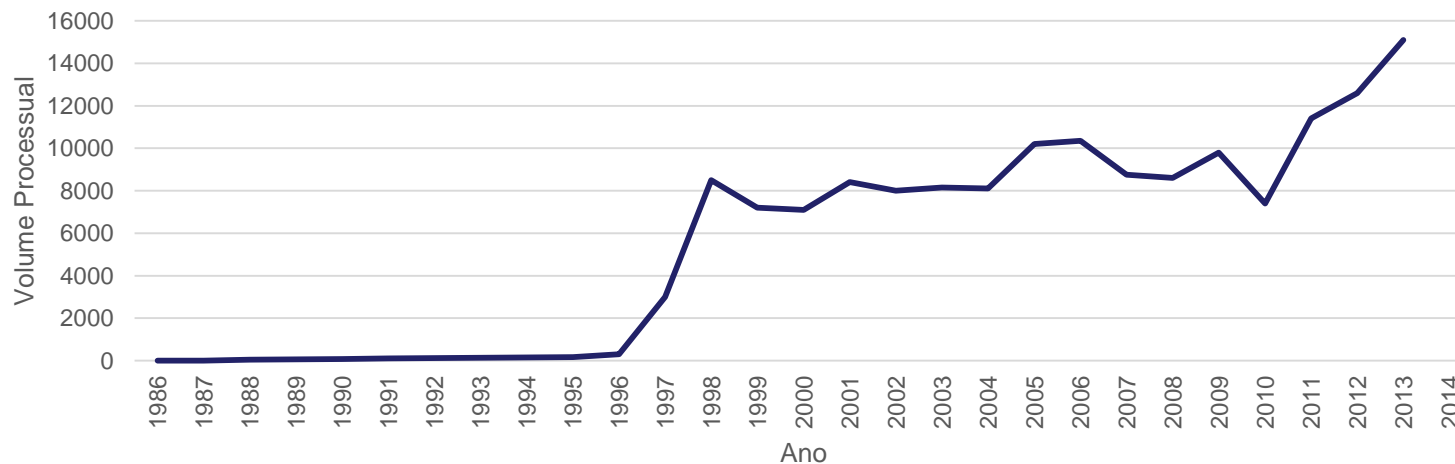
- Aumento do volume médio de autuações fiscais
 - SPED
 - Investimento em modernização e uniformização dos recursos de fiscalização
 - Sanha arrecadatória

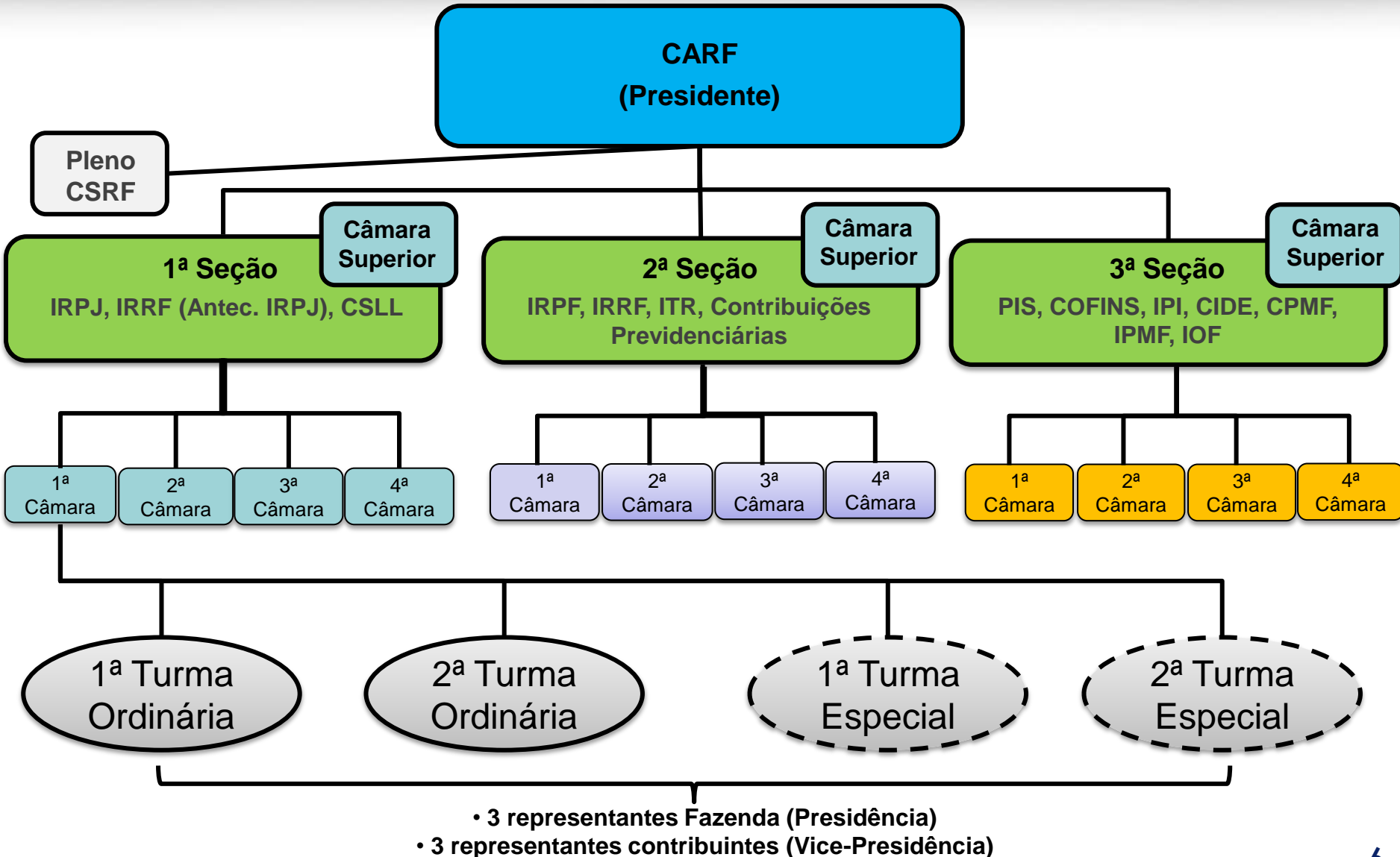


Fonte: Plano Anual de Fiscalização RFB 2015

- Volume crescente de Processos Administrativos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”)
 - 1996/1998 – Abertura comercial (exportações e importações) e fomento da atividade econômica;
 - 2008/2009 – Crise mundial, diminuição da atividade industrial e das exportações e criação do CARF em sucessão ao 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes (migração de processos e sistemas)
 - 2011 – Grande investimento em recursos eletrônicos de fiscalização e cruzamento de dados, bem como a necessidade do aumento da arrecadação para fazer frente aos crescentes gastos públicos. “Extratativismo fiscal” cada vez mais presente

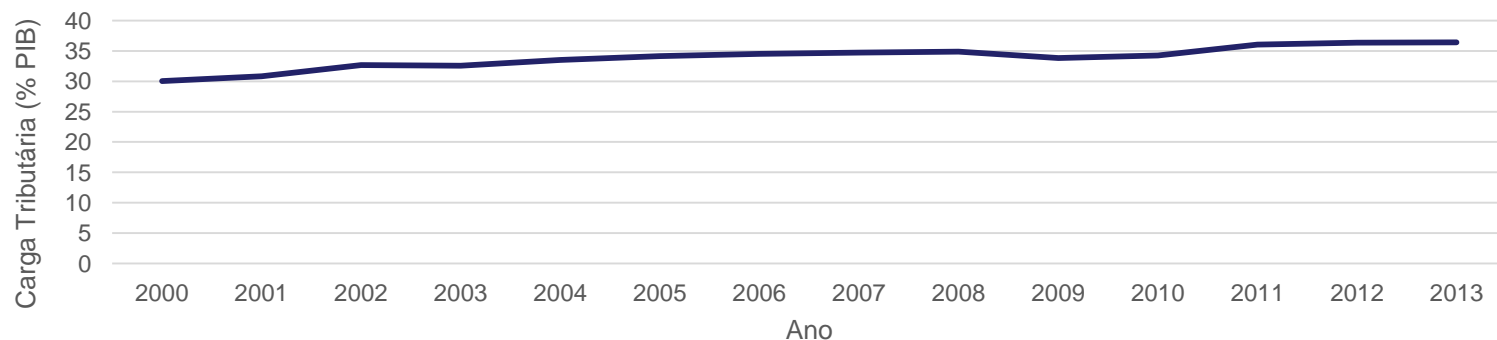
Volume Processual - CARF





- Maior qualificação técnica dos Conselheiros Julgadores. Processo seletivo mais acurado;
- Paridade de forças no julgamento: representantes do Fisco e dos contribuintes;
- Atuação efetiva dos Procuradores da Fazenda Nacional;
- Maior celeridade dos julgamentos em razão da digitalização dos processos (maior facilidade de acesso aos autos);
- Implementação de normas que visam agilizar a tramitação dos processos no CARF (e.g. Portaria CARF nº 11/2015, em vigor a partir de 1º.5.2015, que prevê, dentre outras imposições, a perda do mandato do Conselheiro que reiteradamente retiver os processos que receber para relatar por mais de 6 meses)
- Ausência de mecanismos de transação/diálogo entre contribuinte e Fisco federal
- Aumento da carga tributária

Carga Tributária Brasileira 2000 - 2013



Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação

| Tributo | Quantidade de Autuações | | Valor das Autuações | |
|---------------------|-------------------------|-------|---------------------|-------|
| IRPJ | 3.057 | 10,2% | 51.206.116.663 | 35,5% |
| COFINS | 2.744 | 9,1% | 25.994.801.681 | 18,0% |
| CSLL | 3.034 | 10,1% | 19.761.046.704 | 13,7% |
| CP PATRONAL | 4.006 | 13,3% | 13.518.804.882 | 9,4% |
| IRRF | 293 | 1,0% | 7.671.988.954 | 5,3% |
| IPI | 841 | 2,8% | 6.483.177.450 | 4,5% |
| PIS | 2.710 | 9,0% | 5.409.548.897 | 3,8% |
| IRPF | 4.621 | 15,4% | 4.447.032.696 | 3,1% |
| CIDERE | 49 | 0,2% | 2.155.650.390 | 1,5% |
| Total das autuações | 30.040 | 71,1% | 144.182.604.537 | 94,8% |

| Período | Montante das Autuações | Variação |
|-----------|------------------------|----------|
| 2007/2010 | R\$ 365.045.224.196 | |
| 2011/2014 | R\$ 566.384.261.060 | 55,2% |

- Política de ajuste fiscal a ser implementada pelo Poder Executivo forçosamente desembocará no aumento da fiscalização e, como consequência, possível aumento das autuações e discussões administrativas;
- O Ministro Joaquim Levy (Fazenda) já se pronunciou no sentido de cobrar a celeridade dos julgamentos no CARF como forma de incrementar a arrecadação e equilibrar as contas públicas;
- Atualmente há aproximadamente 160.000 processos em trâmite no CARF e os dados mais recentes indicam que as discussões na esfera administrativa federal perfazem o montante de R\$ 620 bi (12% do PIB do Brasil);

- O crescimento do volume de discussões administrativas na esfera federal acompanhou o aumento das autuações realizadas pela RFB e, também, o aumento da carga tributária;
- O incremento das discussões administrativas reflete a busca por uma análise mais técnica, isenta e célere dos temas discutidos nos processos de natureza fiscal;
- A discussão na esfera administrativa em momento anterior à judicial confere maiores chances de debate e de defesa por parte do contribuinte autuado que, caso não tenha seu pleito atendido no âmbito administrativo, poderá se socorrer do Poder Judiciário, não sendo possível o inverso.

**Mattos
Muriel
Kestener**
Advogados

Paulo Sigaud
paulo.sigaud@mmk.com.br

www.mmk.com.br

Mattos
Muriel
Kestener
Advogados

Brasília

SHS Q6 Cj A BI C - 20º Andar
Ed. Brasil XXI
CEP 70322-915 - Brasília - DF
Tel: 55 61 3701 6952

São Paulo

Al. Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200 - São Paulo - SP
Tel.: 55 11 3149 6100